



TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE CÍRCULO DE LISBOA

Exm.º Senhor
Bastonário da
Ordem dos Engenheiros
Av. António Augusto Aguiar, n.º 3-D
1069-030 LISBOA

Por Correio Registado

Of.º n.º 600-H/PS
P.A. n.º 21/2014-H

06/10/2014

Requerente: Ordem dos Engenheiros Técnicos
Requerido: Ordem dos Engenheiros

Tenho a honra de enviar a V.ª Ex.ª cópia da participação (e documentos) elaborada pela OET para, querendo, em 30 dias, se pronunciar acerca da matéria constante na mesma.

Com os melhores cumprimentos,
O Procurador da República


Arménio Fidalgo

URGENTE

*As Gabinete Jurídico
para análise e proposta
de decisão.*



2014-10-13

PS



Conselho Directivo Nacional

Exmº Senhor
Procurador da República
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

A OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, com sede na Praça D. João da Câmara, nº 19 1200 – 147 Lisboa, legalmente representada pelo seu Bastonário, vem requerer a V. Ex.ª, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 3 do artigo 73º do Código do Processo nos Tribunais Administrativos, se digne **interpor ação judicial de declaração de ilegalidade com força obrigatória geral** dos artigos 1º, 5º, nº 1, alínea a), 9º, nº 9, 16º, 17º, 19º, 20º, nºs 1 e 3, 23º, nº 1 e 40º do Regulamento nº 480/2011 – Regulamento da Admissão e Qualificação (RAQ) da **Ordem dos Engenheiros**, com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, nº 3-D 1069 – 030 Lisboa, para o que invoca os seguintes fundamentos:

I – ILEGALIDADE DA INSCRIÇÃO PELA ORDEM DOS ENGENHEIROS DOS LICENCIADOS (1º CICLO), EM ENGENHARIA.

A – Representação profissional da Ordem dos Engenheiros.

1

A Ordem dos Engenheiros encontra-se enquadrada pelo Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/92, de 30 de junho, cujo artigo 1º integra a seguinte disposição:

“1 – A Ordem dos Engenheiros, adiante designada, abreviadamente, por Ordem, é a associação pública representativa dos licenciados em Engenharia que exercem a profissão de Engenheiro.”

2

E o artigo 4º prescreve o seguinte:

“Para efeitos do presente Estatuto, designa-se por engenheiro o titular de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, inscrito na Ordem como membro efectivo, ...”

3

Mais adiante dizendo o artigo 7º, que



Conselho Directivo Nacional

" 1 – A admissão como membro efectivo, depende da titularidade de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de engenharia, estágio"

4

E mais preceitua o artigo 10º, que

" Tem a categoria de estagiário o titular de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, conferida por instituição do ensino superior nacional ou estrangeira ..."

5

E, finalmente, o artigo 12º dispõe que

"Os estudantes de cursos de licenciatura, ou equivalente legal, em Engenharia, podem ser admitidos na qualidade de membros estudantes."

6

Estas disposições estatutárias ao exigirem a licenciatura em engenharia, a que corresponde um percurso formativo com a duração, em geral de cinco anos, mais uma vez consagram o que nesta matéria fora anteriormente estabelecido nos três anteriores estatutos da Ordem dos Engenheiros, aprovados sucessivamente pelo Decreto nº 27288, de 24 de novembro de 1936, Decreto-Lei nº 40774, de 8 de setembro de 1956 e Decreto-Lei nº 352/81, de 28 de dezembro.

B – Representação profissional da ex – ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (antecessora da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos).

7

A representação profissional dos bacharéis em engenharia que exercem a profissão de Engenheiro Técnico através de uma associação de direito público, veio a ocorrer muito mais tarde do que antes sucedera pela primeira vez no anteriormente referido ano de 1936 com a atribuição à Ordem dos Engenheiros da representação dos licenciados em engenharia que exercem a profissão de engenheiro.

8

Com efeito, e após décadas de associativismo através de sindicatos e associações profissionais de direito privado, os engenheiros técnicos foram enquadrados pela primeira vez por uma associação profissional de direito público através da ex – ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, de cujo Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei nº 349/99, de 2 de setembro, constava a seguinte disposição do artigo 1º:

Página 2 de 26



Conselho Directivo Nacional

" 1 – A ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, adiante designada por Associação, é a associação pública representativa dos detentores de bacharelato em Engenharia, ou formação legalmente equiparada, que exercem a profissão de engenheiro técnico."

9

E o nº 1 do artigo 7º dizia assim:

"1 – A admissão como membro efectivo depende da titularidade de bacharelato em Engenharia em curso oficialmente reconhecido ou formação legalmente equiparada."

10

Por fim, o artigo 9º dispunha que

"Os estudantes do último ano do bacharelato em Engenharia podem ser admitidos na qualidade de membros estudantes."

C – Quadro legal do ensino superior universitário e politécnico vigente na data da publicação do Estatuto da Ordem dos Engenheiros e do Estatuto da ex – ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos.

11

No entendimento da ora Requerente Ordem dos Engenheiros Técnicos, o significado e alcance dos graus académicos de licenciado e de bacharelato, previstos no atual Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/92, de 30 de junho, e no anterior Estatuto da ex – ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 349/99, de 2 de setembro, devem, necessariamente, ser considerados de acordo com o que a legislação reguladora do ensino universitário e do ensino politécnico que os previa à data da publicação daqueles dois estatutos, nomeadamente no respeito que aos graus académicos conferidos por cada um destes dois tipos de ensino, bem como à duração dos ciclos formativos que conduziam à obtenção dos mesmos graus.

12

Assim, e em primeiro lugar, deve ter-se em conta que quando foram publicados o actual Estatuto da Ordem dos Engenheiros e o anterior Estatuto da ex – ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, estava em vigor a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei nº 46/86, de 14 de outubro, cujo artigo 13º, para o que ora interessa, estabelecia o seguinte:

Página 3 de 26



Conselho Directivo Nacional

- a. No ensino universitário são conferidos os graus de licenciado, mestre e doutor (nº 3);
- b. No ensino politécnico é conferido o grau de bacharel (nº 4).

13

Importando mais considerar que na redação posteriormente conferida pela Lei nº 115/97, de 19 de setembro, àquele artigo 13º da Lei nº 46/86, de 14 de outubro, foi estabelecido o seguinte:

- a. No ensino universitário são conferidos os graus de bacharel, licenciado, mestre e doutor (nº 2);
- b. No ensino politécnico são conferidos os graus académicos de bacharel e licenciado (nº 3);
- c. Os cursos conducentes ao grau de bacharel têm a duração normal de três anos, podendo, em casos especiais, ter duração inferior em um a dois semestres (nº 4);
- d. Os cursos conducentes ao grau de licenciado têm a duração normal de quatro anos, podendo, em casos especiais, ter a duração de mais um a quatro anos (nº 5).

14

Sendo certo que, desde há muito, o legislador do Decreto-Lei nº 830/74, de 31 de dezembro, que converteu os institutos industriais em escolas superiores, já havia estabelecido o seguinte:

- a. Os institutos superiores de engenharia são escolas de nível universitário, e neles se conferem os graus de bacharelato, licenciatura e doutoramento (artigo 2º, nºs 1 e 2);
- b. Aos bacharéis e licenciados em Engenharia pelos institutos superiores de engenharia, correspondem, respetivamente os títulos de engenheiro técnico e de engenheiro (artigo 3º, nº 1);
- c. O bacharelato tem a duração mínima de três anos (artigo 7º, nº 1);
- d. A obtenção da licenciatura resultará [para o que ora interessa], do cumprimento, após o término do



Conselho Directivo Nacional

bacharelato, de um plano de estudos, genericamente fixado, de dois anos (artigo 10º, nº 1, alínea a)).

D – Algumas conclusões do exposto nos anteriores pontos A, B e C.

15

Do diversificado quadro legal referido nos números antecedentes, extraem-se necessariamente as seguintes conclusões:

- a. O acesso à profissão de engenheiro está legalmente reservado aos titulares de licenciatura, a que corresponde o percurso formativo de cinco anos, em Engenharia, detendo a Ordem dos Engenheiros o direito legal de, em regime de exclusividade, inscrever estes licenciados como seus membros e de os representar;
- b. O acesso à profissão de engenheiro técnico está legalmente reservado aos titulares de bacharelato, a que corresponde um percurso formativo de três anos, em Engenharia, detendo a ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos o direito legal de, em regime de exclusividade, inscrever estes bacharéis como seus membros e de os representar;
- c. Aos bacharéis e licenciados em Engenharia pelos institutos superiores de engenharia, correspondem, como estipulado em lei expressa, respetivamente os títulos de engenheiro técnico e de engenheiro;
- d. Os detentores da referida habilitação académica de bacharelato em Engenharia estão legalmente impedidos de aceder à profissão de engenheiro, e consequentemente, não podem ser inscritos nem representados pela Ordem dos Engenheiros, como seus membros.

E – Não alteração do âmbito da representatividade da Ordem dos Engenheiros e da ex – ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos face à adoção do Processo de Bolonha e postura discordante da Ordem dos Engenheiros sobre o novo grau de licenciado (1º ciclo), em Engenharia.

Página 5 de 26



Conselho Directivo Nacional

16

O Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de junho, adotando o Processo de Bolonha, estabeleceu os novos graus académicos do ensino superior, de acordo com o seguinte enquadramento:

- a. No ensino superior politécnico, são conferidos os graus académicos de licenciado e de mestre (artigo 4º nº 1), e o ciclo de estudos [1º ciclo] conducente ao grau de licenciado tem uma duração normal de seis semestres [3 anos] de trabalho curricular dos alunos (artigo 8º, nº 1);
- b. No ensino superior universitário, são conferidos os graus académicos de licenciado, mestre e doutor (artigo 4º, nº 2), e o ciclo de estudos [1º ciclo] conducente ao grau de licenciado tem uma duração normal compreendida entre seis [3 anos] e oito semestres de trabalho curricular dos alunos (artigo 9º, nº 1);
- c. Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo [2º ciclo] de estudos conducentes ao grau de mestre [pelo ensino superior politécnico e pelo ensino superior universitário] os titulares de grau de licenciado [1º ciclo] ou equivalente legal (artigo 17º, nº 1);
- d. O ciclo de estudos conducentes ao grau de mestre tem uma duração normal compreendida entre três e quatro semestres de trabalho curricular dos alunos [o que significa uma duração mínima global de 5 anos, tendo em conta os três anos da licenciatura] (artigo 18º, nº 1).

17

Neste quadro, poderá colocar-se a questão de saber se a instituição dos novos graus académicos de licenciado (1º ciclo) e de mestre (2º ciclo) alterou ou não quer os anteriormente referidos âmbito da representatividade da Ordem dos Engenheiros e da ex – ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, quer a regra legal de que o bacharelato em Engenharia permite o acesso apenas à profissão de engenheiro técnico, e não à profissão de engenheiro.

18

No entendimento da ora Requerente Ordem dos Engenheiros Técnicos a resposta a esta questão é negativa, porquanto, como resulta da conjugação da sistemática e do conteúdo das anteriormente apontadas disposições da Lei nº 46/86, de 14 de outubro, alterada pela Lei nº 115/97, de 19 de setembro e do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de junho, aos anteriores graus

Página 6 de 26



Conselho Directivo Nacional

académicos de bacharel e de licenciado correspondem ou equivalem os atuais graus académicos de licenciado (1º ciclo) e de mestre, respetivamente.

19

Decorrendo essa correspondência ou equivalência não só do facto de tais graus terem em comum percursos formativos de três e de cinco anos, mas igualmente da circunstância de, também cada par, ter sido sempre conferido, consoante o caso, pelo ensino superior politécnico ou pelo ensino superior universitário.

20

Mais sendo certo que, como antes referido no nº 14, já há muito o Decreto-Lei nº 830/74, de 31 de dezembro, havia estabelecido que aos bacharéis e licenciados em Engenharia pelos institutos superiores de engenharia, correspondem, respetivamente, os títulos de engenheiro técnico e de engenheiro.

21

E acresce que a Portaria nº 782/2009, de 23 de julho, que regula o Quadro Nacional de Qualificações, no Anexo III, que contém a grelha de correspondência entre os níveis de educação e de formação e os níveis de qualificação, posiciona o bacharelato e a atual licenciatura [1º ciclo] no nível de qualificação 6.

22

Tal significando que também para o legislador deste diploma legal, o anterior bacharelato e a atual licenciatura (1º ciclo), são graus académicos equiparados ou correspondentes entre si.

23

De resto, foi tendo em conta tal equiparação ou correspondência que antes o Conselho Diretivo Nacional da ex – ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos já havia deliberado em 29 de novembro de 2007 que a ANET passava a admitir a inscrição dos licenciados (1º ciclo) do ensino superior, em Engenharia (Doc. 1).

24

Decisão esta que foi comunicada pela ex – ANET ao Governo (Docs. 2 e 3), e igualmente objeto da devida e ampla divulgação pública.

25

Não tendo esta decisão sido alvo de qualquer manifestação de reação discordante ou adversa por parte de quem quer que fosse.

Página 7 de 26



Conselho Directivo Nacional

26

E tampouco em particular por banda da Ordem dos Engenheiros, a qual, no mais absoluto silêncio quanto a esta decisão da ex – ANET, continuou, como desde sempre fizera, e como lhe competia no escrupuloso cumprimento do que o nº 1 do artigo 1º do seu Estatuto dispõe, a admitir a inscrição como seus membros exclusivamente quer dos titulares do grau académico de licenciado existente no quadro legal à data da publicação do mesmo Estatuto e do seu atual correspondente ou equivalente grau de mestre, em Engenharia, como antes comprovado, obtidos mediante um percurso formativo de cinco anos.

27

Tendo sido em harmonia com esta atuação, que a Ordem dos Engenheiros, nomeadamente através do seu Bastonário desenvolveu, à época, uma verdadeira cruzada contra os novos graus do ensino superior decorrentes da adoção do Processo de Bolonha pelo Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, e em particular contra a instituição do grau de licenciado (1º ciclo), por entender que a formação académica que lhe está associada é insuficiente para aceder à profissão de Engenheiro.

28

Assim se comprova pela entrevista que o Bastonário da Ordem dos Engenheiros concedeu à revista Construir, em 20 de maio de 2010 (Doc. 4), e da qual consta que tendo sido perguntado sobre em que medida o termo licenciado é desajustado, respondeu o seguinte:

“ Antes de Bolonha sabíamos o que significava este termo. Era um grau académico que, no caso da engenharia, estava associado a cinco anos de frequência, com aproveitamento, na universidade, e, tínhamos a noção de que havia ali um profissional, com aquelas competências que lhe eram dadas por aquele currículo. Com Bolonha, este aspecto alterou-se radicalmente. Mas não é o tratado que é responsável por esta situação, mas sim a aplicação do mesmo, em Portugal. Ao manter-se o termo “licenciado”, com valores intrínsecos diferentes, causa confusão em todo o sistema....”

29

Tendo seguidamente à pergunta se no atual contexto de Bolonha o licenciado é equivalente a um bacharel, respondido nos seguintes termos:

“É um bacharel. Não consigo perceber porque é que o País não adoptou essa designação. Dá a sensação de que tiveram receio que o termo “bacharelato” fosse depreciativo. No meu entender, é um

Página 8 de 26



Conselho Directivo Nacional

termo altamente prestigiante..... Todos percebem que uma formação de três anos não é igual a uma de cinco."

30

E, ao comentário do entrevistador de que hoje já não existem, em engenharia, licenciaturas com cinco anos, disse o entrevistado:

"Há licenciados com três anos. Com cinco anos há a figura de mestrado ou de mestrado integrado. Antigamente, atribuíam a esses cinco anos a licenciatura, portanto o valor intrínseco é agora completamente diferente."

31

Mais tendo, perante a pergunta de como se pode solucionar esta questão, dado a seguinte resposta categórica:

"Retirando o termo licenciado. Permanecia o termo correcto que é o bacharel."

32

Com mais se comprova com uma notícia da agência Lusa, de 23.10.2010, o Bastonário da Ordem dos Engenheiros proferiu a seguinte afirmação (Doc. 5):

"A Ordem dos Engenheiros reivindica a alteração de uma portaria, publicada em Julho de 2009 [presume-se que se referia à Portaria nº 782/2009, de 23 de julho, antes referida nos nºs 21 e 22], que "ignora as diferenças" entre as licenciaturas concluídas antes e depois do Processo de Bolonha.

A Ordem propõe que no nível de mestrado sejam consideradas as licenciaturas de cinco ou seis anos concluídas antes da introdução do Processo de Bolonha e que ao nível de bacharelato sejam consideradas as licenciaturas de três anos concluídas depois desta reforma."

33

Finalmente, da entrevista que o mesmo responsável máximo da Ordem dos Engenheiros concedeu ao Jornal de Negócios, em 14.02.2011 (Doc. 6), à pergunta sobre se os engenheiros do 1º ciclo (três anos de formação) estão preparados para lidar com o mundo real, destaca-se a seguinte resposta:

"Estão menos preparados do que os que têm cinco anos, com certeza. E não estão preparados para lidar com uma profissão que em determinadas áreas é relativamente complexa. A profissão de



Conselho Directivo Nacional

engenheiro lida com o risco. E o risco tem que ser integrado em todo o processo de decisão. E pressupõe conhecimento...."

34

Não se tem memória de se ter visto outra profissão de fé tão crítica e demolidora do actual grau académico de licenciatura (1º ciclo), quanto esta assumida pela Ordem dos Engenheiros.

35

Mas, como se demonstra adiante nos nºs 50 a 56, ainda aqui a *procissão ia no adro*.

36

Sendo também certo que mais tarde veio a *procissão* a interromper o seu percurso, numa estranha reviravolta que absolveu o mesmo grau académico de licenciado em Engenharia das penas que antes lhe haviam sido infligidas, convertendo-o em virtuoso, como mais adiante se demonstra no nº 56 e seguintes.

F – Criação da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos e o seu direito de inscrever, em regime de exclusividade legal, os titulares de grau de licenciado (1º ciclo), em Engenharia, e habilitação do mesmo grau para aceder, apenas, à profissão de Engenheiro Técnico.

37

Através da Lei nº 47/2011, de 27 de junho, a Assembleia de República alterou o modelo institucional da representação profissional dos engenheiros técnicos, segundo dois vetores fundamentais.

38

O primeiro, traduzido na transformação da ANET – Associação dos Engenheiros Técnicos na OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos e na aprovação do respetivo Estatuto.

39

O segundo vetor, concretizado na atualização da representatividade da nova Ordem Profissional, tendo em conta que o anterior grau académico de bacharel fora entretanto substituído pelo seu equiparado ou equivalente e actual grau de licenciado (1º ciclo).

40

Assim está consignado no nº 1 do artigo 1º do respetivo Estatuto, com a seguinte redação:

Página 10 de 26



Conselho Directivo Nacional

"1- A OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, é a associação pública representativa dos titulares de um grau académico de curso de ensino superior do 1º ciclo em Engenharia, ou de formação equiparada, que exercem a profissão de engenheiro técnico."

41

E o nº 1 do artigo 9º prescreve que a admissão na Ordem como membro efectivo nos seguintes termos:

"1 – A admissão como membro efectivo depende de titularidade do grau académico referido no nº 1 do artigo 1º."

42

De forma idêntica prescrevendo o nº 1 do artigo 8º quanto à admissão como membro estagiário.

43

Sendo também certo, que o nº 1 do artigo 7º estipula que os estudantes do último ano dos cursos referidos no nº 1 do artigo 1º,

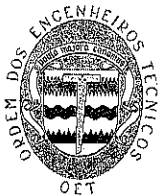
"... podem ser admitidos na qualidade de membros estudantes."

44

Decorre destas disposições legais que a Lei nº 47/2011, de 27 de junho, face aos graus académicos conferidos pelo ensino superior universitário e pelo ensino superior politécnico, e mais tendo em conta a necessidade de aprovar actualizado nesta matéria o Estatuto da nova Ordem dos Engenheiros Técnicos, manteve a regra anteriormente estabelecida por lei de que os titulares do primeiro grau do ensino superior, antes o bacharelato, e atualmente a licenciatura (1º ciclo), e bem assim a regra de que qualquer um destes graus apenas permite o acesso à profissão de engenheiro técnico, e não à de engenheiro.

45

Este também é o entendimento, a título de exemplo, do CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, criado pelo Decreto-Lei nº 283/93, de 18 de agosto, vertido no documento intitulado *"Memorando de Entendimento entre a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) para agilização dos processos de reconhecimento, revalidação e equivalência de graus académicos, assinado em Brasília, em 21 de 2012 Dossier de Execução"* (Doc. 7)



Conselho Directivo Nacional

46

Atendendo à muito elevada competência científica do CRUP, atenta que seja a categoria institucional das 15 universidades e do instituto universitário que integram o CRUP, importa também ter em conta que, depois de discorrer ao longo de diversos trechos do documento sobre o Processo de Bolonha e os atuais ciclos de estudos e correspondentes graus académicos, a pp. 12 do mesmo documento, o CRUP conclui da seguinte forma categórica:

“4.O exercício das profissões em Portugal

4.2. O exercício da profissão de Engenheiro

Após a implementação do Processo de Bolonha, o exercício da profissão de Engenheiro em Portugal está condicionado à detenção de um grau académico de mestre na área da Engenharia, que pode ser obtido através de uma das seguintes vias alternativas:

- i. através da conclusão de um mestrado integrado na área da Engenharia, com a duração de 10 ou 12 semestres;*
- ii. através da combinação adequada de uma licenciatura na área da Engenharia (com a duração de 6 semestres) com um mestrado na área da Engenharia (4 semestres).*

No sistema anterior à implementação do processo de Bolonha, o grau académico que garantia a entrada na respetiva ordem profissional era a licenciatura em qualquer uma das áreas da Engenharia, cujo período de formação era idêntico ao dos atuais mestrados integrados.

A Ordem dos Engenheiros é uma entidade que está ativamente envolvida no processo de acreditação e que emite parecer obrigatório em relação à acreditação de todos os ciclos de estudos conducentes a grau nesta área.”

47

Em conclusão, também o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas perfilha o entendimento de que o grau académico que atualmente dá acesso à profissão de engenheiro é, e apenas este, o mestrado, sucessor da licenciatura anterior à implementação do Processo de Bolonha.

G – Contestação da Ordem dos Engenheiros à criação da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos e rejeição da atribuição do título de engenheiro pela mesma Ordem aos licenciados (1º ciclo), em Engenharia.

48

A Ordem dos Engenheiros, em mais uma das suas tradicionais posturas corporativistas de pretensão de domínio senhorial da engenharia portuguesa, sempre esteve contra a criação da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Página 12 de 26



Conselho Directivo Nacional

49

Para a tomada de tal posição, seguramente que também terá contribuído a sua certeza de que no Estatuto da sua nova congénere ordem profissional, e logo a partir do nº 1 do artigo 1º, o legislador não deixaria de atualizar o âmbito da representatividade que antes constava em idêntica norma do Estatuto da ex – ANET, mediante a substituição da referência ao anterior grau académico de bacharel pelo novo, e seu equiparado ou equivalente, grau de licenciado (1º ciclo).

50

Atendendo ao referido anteriormente nos 26 a 34, e bem ao que demais de seguida se articula nos nºs 51 a 55, está claro que para a Ordem dos Engenheiros o uso da terminologia *licenciatura (1º ciclo)*, em *Engenharia*, ou de outra dentro de um estilo semelhante, enquanto requisito habilitacional de acesso a uma profissão da área da engenharia, e ainda que em sede do Estatuto da sua congénere Ordem dos Engenheiros Técnicos, não só prejudicaria a engenharia nacional, mas igualmente contribuiria de forma especialmente agravada para o desprestígio da licenciatura anterior ao Processo de Bolonha, enquanto única via de acesso à profissão de engenheiro e de inscrição como membro da mesma Ordem dos Engenheiros.

51

A Ordem dos Engenheiros difundiu esta sua posição sob diversas formas, nomeadamente através do seu *site*, jornais, revistas, comunicados (Doc. 8), e envio de missivas aos seus associados (Doc. 9) e produção de outros documentos específicos.

52

Acresce que de entre os vários documento produzidos pela Ordem dos Engenheiros no âmbito da sua cruzada contra o novo grau académico de licenciado (1º ciclo), em Engenharia, sobressai pela sua contundência e vinculação formal da Ordem dos Engenheiros, já que foi subscrito em 4 de Fevereiro de 2009 e ao mais alto nível da sua representação institucional pelos respetivos Bastonário e Vice – Presidentes, o que tem com o título “*POSIÇÃO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS NA AUDIÇÃO CONJUNTA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, SOBRE O RECONHECIMENTO DO GRAU DE LICENCIATURA EM ENGENHARIA PÓS-BOLONHA E A ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO PROFISSIONAL DE ENGENHEIRO – 4 de Fevereiro de 2009*” (Doc. 10)

53

Este documento constitui uma absoluta profissão de fé da Ordem dos Engenheiros contra a alegada falta de preparação dos licenciados em engenharia pós-Bolonha para acederem ao título de engenheiro, e à correspondente inscrição como membro desta ordem profissional.



Conselho Directivo Nacional

54

Senão, e a título de meros exemplos, atente-se nas seguintes passagens deste documento:

- a. *"Neste quadro, é claro que os primeiros ciclos de Bolonha não podem ser associados ao título de Engenheiro, no que em Portugal se entende de qualificações associadas a este termo."* (pág. 3);
- b. *As novas licenciaturas serão a porta de entrada para actividade do primeiro nível de competência reconhecido em engenharia, que em Portugal está actualmente associado ao título de Engenheiro – técnico."* (pág. 3);
- c. *".... No ensino superior foram estabelecidos dois níveis, o bacharelato e a licenciatura em Engenharia. Se ao último nível sempre se associou a atribuição do título de Engenheiro, ao penúltimo nível foi atribuída a designação de Engenheiro – técnico."* (pág. 5);
- d. *...sempre foi óbvio: uma formação de três anos não é equivalente à obtida ao fim de 5 anos."* (pág. 5).

55

Ainda que correndo o risco de ser ocioso, acrescentam-se os seguintes estratos do mesmo documento:

- a. *"Entretanto, nem os Estatutos da OE nem os da ANET foram modificados.
Contudo, e considerando que o que está em causa na atribuição de um título profissional é a formação académica necessária para o reconhecimento de competências, a Ordem dos Engenheiros deliberou apenas reconhecer como formações para a atribuição do título de Engenheiros as que correspondiam ao ciclo de estudos de cinco anos, equivalente à anterior formação.
Consideramos que não é a simples mudança da designação do título académico que modifica as competências necessárias para o exercício da profissão."* (pág. 6);
- b. *"Neste entendimento, os antigos bacharéis e os licenciados em engenharia, pós Bolonha (1º ciclo de estudos – por norma 180 créditos) são admitidos, exclusivamente pela ANET para acederem ao título e à profissão de Engenheiro – técnico; os antigos licenciados (cinco anos) e os atuais mestrados (2º ciclo de estudos – por norma 300 créditos) são admitidos, em exclusivo, pela Ordem dos Engenheiros para acederem ao título e à profissão de Engenheiro."* (pág. 7);

Página 14 de 26



Conselho Directivo Nacional

- c. *"Assim, neste quadro, é claro que os primeiros ciclos de Bolonha não conduzem ao grau de Engenheiro, no que em Portugal se entende deste termo.
É, por consequência, incorrecto, de base, associar o grau do primeiro ciclo ao título de Engenheiro."* (pág. 9).
- d. *"Perante a situação criada, a Ordem dos Engenheiros entendeu manifestar ao Governo a disponibilidade para estudar a integração na OE dos licenciados em engenharia, pós – Bolonha, correspondente ao ciclo curto."
Assim, passariam a existir como membros da OE dois níveis diferentes de profissionais, a que corresponderiam duas obrigações diferentes, a de Engenheiro para o ciclo longo, e outra a definir para o ciclo curto."* (pág. 14)

56

Sucede, no entanto, que a Ordem dos Engenheiros, fazendo total tábua rasa do que a lei estabelece e esquecendo as suas descritas posições anteriormente assumidas, e também porque o Governo e a Assembleia da República cometeram o *pecado capital* de não acolher as suas pretensões, não se ficou, e decidiu que tem poderes para emanar atos e regulamentos administrativos detentores de poder hierárquico equivalente ou superior ao dos atos legislativos emanados pelo Governo e pela Assembleia da República.

H – Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ) nº 480/2011, da Ordem dos Engenheiros.

57

Pretensos poderes esses que a Ordem dos Engenheiros *exerceu* mediante a aprovação das normas que doravante se contestam e pertencentes ao Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ) nº 480/2011, que aprovou e fez publicar no Diário da República, 2ª série, de 9 de agosto de 2011 (Doc. 11).

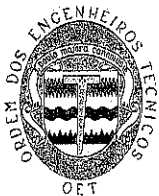
58

O que aconteceu, acaso dos acasos (!), sublinhe – se, passados que foram apenas poucos dias após a publicação da Lei nº 47/2011, de 27 de junho, que criou a ora Requerente Ordem dos Engenheiros Técnicos e aprovou o respetivo Estatuto.

59

Sendo certo o conteúdo do Preâmbulo do RAQ nº 480/2011, na parte em que visa dar cobertura às normas do seu articulado que ora se contestam, são uma vã tentativa de justificar o que não tem justificação possível, atentas que sejam as

Página 15 de 26



Conselho Directivo Nacional

razões de direito e de facto aduzidas pela Requerente Ordem dos Engenheiros Técnicos na presente peça, nestas últimas razões assumindo especial relevo e importância todo o procedimento contraditório da Ordem dos Engenheiros relativamente às matérias ora em causa.

60

Anota-se, por outro lado, que a conhecida, mas improcedente, leitura baseada exclusivamente no elemento literal que a Ordem dos Engenheiros faz das disposições do seu Estatuto que contemplam o termo *licenciado*, de forma a poder invocar que pode inscrever os licenciados ante e pós-Bolonha, teria como contraponto a também inaceitável leitura de que esta ordem profissional não pode inscrever como seus membros os titulares do grau de mestre, pois que, na letra do mesmo Estatuto, este grau académico não existe.

61

Como antes se alegou e comprovou, a Ordem dos Engenheiros Técnicos tem o privilégio legal de representar, em exclusividade, os titulares do atual grau académico de licenciado (1º ciclo), em Engenharia, o qual corresponde, ou é equivalente, ao anterior grau de bacharelato, tendo qualquer deles como substrato um ciclo ou percurso formativo com a duração de três anos.

62

Sendo também que, igualmente por força de lei, este mesmo grau académico de licenciado permite o acesso apenas à profissão de Engenheiro Técnico.

63

Mais sucedendo que, também por força de lei, as habilitações académicas que permitem o acesso à profissão de engenheiro são o grau de licenciatura anterior ao Processo de Bolonha e o atual, e seu equivalente, grau de mestre, assentando qualquer deles num percurso ciclo formativo de cinco anos.

64

Pelo que, face ao que antecede, a Ordem dos engenheiros está legalmente impedida de inscrever como seus membros os titulares do referido grau de licenciado (1º ciclo), em Engenharia.

65

Não obstante tal impedimento legal, o certo é que a alínea a) do nº 1 do artigo 5º do RAQ nº 480/2011 estabelece que podem candidatar-se à admissão como membro efectivo ou como membro estagiário da Ordem dos Engenheiros, entre outros, os titulares do grau académico de licenciado (1º ciclo) em engenharia.



Conselho Directivo Nacional

66

E, mais adiante, também sucede que a alínea a) do nº 1, os nºs 3 e 4 do artigo 16º, o nº 2 do artigo 17º e o artigo 19º, do mesmo RAQ, contemplam a sua aplicação, nuns casos de forma expressa, e noutros de forma implícita, aos membros efetivos detentores deste preciso grau académico de licenciado (1º ciclo) [aproveita-se para anotar que a questão da ilegalidade da atribuição dos graus de qualificação é tratada adiante no nº 80 e seguintes].

67

Ora, como a Ordem dos Engenheiros Técnicos detém o poder legal de inscrever como membros efetivos e estagiários, e em regime de exclusividade, os detentores daquele grau de licenciado (1º ciclo), como consignado nos nº 1 do artigo 1º, nº 1 do artigo 8º e nº 1 do artigo 9º, todos do respectivo Estatuto, daqui resulta que, por violarem todos estes normativos legais, são ilegais todas as anteriormente citadas disposições do RAQ nº 480/2011.

68

Como também ilegal é o artigo 13º do mesmo RAQ por violar o disposto no nº 1 do artigo 1º e no artigo 7º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos, na medida em que as disposições do mesmo artigo 13º abrangem todos os cursos superiores em engenharia, sem procederem, como era legalmente devido, à exclusão do seu âmbito dos cursos superiores que conduzem à obtenção do grau de licenciado (1º ciclo).

69

A tudo o exposto, e também na decorrência das descritas ilegalidades dos apontados normativos do RAQ nº 480/2011, acresce que os mesmos normativos são ilegais à luz do que dispõem os nº 1 do artigo 1º, artigo 4º, nº 1 do artigo 7º, artigo 10º, artigo 12º, todos do Estatuto da própria Ordem dos Engenheiros.

70

Por outro lado, e bem ciente do problema jurídico que criou com o seu comportamento ilícito, a Ordem dos Engenheiros, em cumprimento do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 53º da Lei nº 2/2013, de 10 de janeiro, aproveitou para na proposta de revisão do seu Estatuto que entretanto submeteu ao Governo (Doc. 12), fazer incluir a alteração dos nºs 1 do artigo 1º, 1 do artigo 4º e 1 do artigo 7º, em termos, que no seu entendimento, permitirão ultrapassar as apontadas ilegalidades de que padece o seu RAQ nº 480/2011.

71

Sendo patente que o uso no nº 1 do artigo 1º das expressões “*dos licenciados*” e “*ou titulares de habilitação académica superior*” visa, por via da primeira expressão,

Página 17 de 26



Conselho Directivo Nacional

alargar o atual âmbito de representatividade da Ordem dos Engenheiros dos titulares da licenciatura ante Processo de Bolonha, mediante a inclusão dos titulares do atual grau de licenciado (1º ciclo), em Engenharia, enquanto que, por via da segunda expressão, se pretende abranger os titulares dos graus de mestre e doutor.

72

E, num Comunicado publicado no seu *site*, a Ordem dos Engenheiros indica as razões que determinaram a sua proposta de alteração de diversos artigos do Estatuto, delas se destacando as razões relativas aos artigos 1º, nº 1 e 12º, porquanto aí é dito que as alterações propostas têm em vista incorporar as disposições constantes do RAQ (Doc. 13).

73

Ora, tanto quanto se sabe, dado que Estatuto da Ordem dos Engenheiros, porque aprovado por decreto – lei, prevalece hierarquicamente sobre o RAQ nº 480/2011, deveria a alteração daquele preceder a alteração deste último.

74

E não o inverso, como a Ordem dos Engenheiros pretende que aconteça.

75

Tal confirmando, de forma acrescida, a ilegalidade das normas do RAQ, ora em causa, por violação do normativo de um diploma legal de categoria hierárquica superior.

76

A ora Requerente Ordem dos Engenheiros Técnicos, por entender que o anteriormente citado nº 1 do artigo 1º do seu Estatuto lhe confere o direito de, em regime de exclusividade, representar os titulares deste grau académico de licenciado (1º ciclo) em engenharia, interpôs em 30 de novembro de 2011, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, e nos termos do nº 1 e da alínea e) do nº 2 do artigo 46º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, contra a Ordem dos Engenheiros, *acção administrativa especial de declaração de nulidade ou inexistência jurídica de actos administrativos e de normas regulamentares*, de cuja petição inicial constam, nomeadamente, os seguintes fundamentos e pedido:

- a. As decisões da Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros, de 26 de março de 2011 e de 2 e 9 de julho de 2011 (as duas últimas invocadas na parte final do preâmbulo do RAQ), que aprovaram a admissão da inscrição na mesma Ordem dos Engenheiros dos detentores do (grau de licenciado pós - Bolonha, em Engenharia 1º ciclo, com a duração de 3 anos letivos, não tem o necessário suporte legal, antes



Conselho Directivo Nacional

constituindo uma usurpação de poderes e competências da Ordem dos Engenheiros Técnicos de representar, em exclusividade legal, estes diplomados em engenharia, conforme consagrado no nº 1 do artigo 1º do respetivo Estatuto;

- b. Logo, tais atos da Assembleia de Representantes são nulos e juridicamente inexistentes para todos os efeitos legais, conforme o determina a alínea a) do nº 2 do artigo 133º do Código do Procedimento Administrativo;
- c. Em consequência, padecem do mesmo vício legal de nulidade as seguintes disposições do RAQ aprovadas pelos mesmos atos nulos: segmento inicial da alínea a) do nº 1 do artigo 5º, nºs 1 e 2 do artigo 13º, alínea a) do nº 1 e nºs 3 e 4 do artigo 16º, nº 2 do artigo 17º e artigo 19º;
- d. Ao que acresce a violação dos nº 1 do artigo 1º, nº 1 do artigo 4º, artigo 5º, artigo 10º e artigo 12º, do Estatuto da Ordem dos Engenheiros.

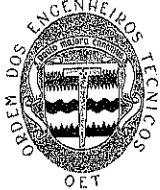
77

Esta ação corre termos na 5ª Unidade Orgânica do mesmo Tribunal, Proc. nº 3185/11.7BELSB, encontrando-se o processo pendente de decisão da reclamação da Autora Ordem dos Engenheiros Técnicos do despacho do meritíssimo juiz que não admitiu o recurso jurisdicional interposto pela mesma Autora da sentença que decidiu julgar improcedentes os pedidos formulados na ação.

78

Considera a ora Requerente que se impunha prestar esta informação a V. Ex.^a, por forma a deixar demonstrado que, salvo melhor opinião, a eventual interposição pelo Ministério Público da ação que ora se peticiona, não implicaria a ocorrência da exceção de litispendência prevista nos artigos 580º e 581º do Código de Processo Civil, pois que:

- a. Relativamente à matéria constante dos números anteriores, não se verificariam, pelo menos, os requisitos de repetição da causa e de identidade de sujeitos;
- b. Quanto à matéria constante nos números seguintes, dado que é matéria nova por não ter sido articulada naquela ação, não se verificaria o preenchimento de qualquer um dos requisitos da mesma exceção.



Conselho Directivo Nacional

79

Mais considera a Requerente Ordem dos Engenheiros Técnicos ser oportuno deixar expresso que este seu pedido ora formulado a V. Ex^a decorre do seu interesse direto em ver expurgadas do RAQ nº 480/2011 da Ordem dos Engenheiros todas as disposições que, sob diversas formas de ilegalidade, comparticipam na violação do seu referido direito da representar, em regime de exclusividade legal, os licenciados (1º ciclo), em Engenharia.

II – ILEGALIDADE DA CLASSIFICAÇÃO DOS ENGENHEIROS NOS GRAUS E1, E2, E3.

80

À Ordem dos Engenheiros, como disposto na alínea b) do artigo 2º do respetivo Estatuto, compete

“ Atribuir o título profissional de engenheiro e regulamentar o exercício da respectiva profissão;”

81

Acresce que o nº1 do Artigo 8º do mesmo diploma legal estabelece de forma taxativa que os níveis de qualificação dos engenheiros são os de *Membro*, *Membro sénior* e *Membro conselheiro*.

82

Sucedendo, por outro lado, que da conjugação do disposto neste nº 1 com as condições de acesso aos níveis de qualificação de *Membro sénior* e de *Membro conselheiro*, estabelecidas nos nºs 2 e 3 do mesmo artigo 8º, resulta que o acesso ao nível de qualificação de *Membro* depende apenas da posse da categoria de *Membro efetivo* (alínea a) do artigo 6º), adquirida com a inscrição inicial na Ordem.

83

Sendo exclusivamente estes três níveis de qualificação, e não quaisquer outros, por não terem existência jurídica, aqueles cuja atribuição pode ser proposta pelo Conselho de Admissão e Qualificação ao Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros, ao abrigo do disposto na alínea d) do nº 3 do Artigo 27º do respetivo Estatuto.



Conselho Directivo Nacional

84

E bem assim os que pelo mesmo Conselho Directivo Nacional podem ser atribuídos aos membros da Ordem, no uso da competência prevista na alínea q) do nº 3 do artigo 24º mesmo diploma legal.

85

Não podendo a Ordem dos Engenheiros pelo seu livre arbítrio, e em absoluto para além dos seus poderes de regulamentar a profissão, criar outros elementos distintivos ou diferenciadores da qualificação profissional dos seus membros.

86

O que, contudo, veio a fazer com as disposições do seu RAQ nº 480/2011, ora em crise.

87

Sendo também certo que quando a Ordem dos Engenheiros emanou o mesmo RAQ se encontrava em vigor a Lei nº 6/2008, de 13 de fevereiro, que estabeleceu o primeiro regime das associações públicas profissionais, e de cujo articulado se invocam do artigo 7º, o nº 1, que estabelecia que os estatutos das associações públicas profissionais são aprovados por lei ou por decreto-lei, e a alínea b) do nº 2 que estipulava que a matéria relativa à qualidade de membro é regulada pelos estatutos.

88

Ainda que esta lei não se aplicasse às associações públicas profissionais já existentes, considera-se que teria sido de boa e recomendável prática que a Ordem dos Engenheiros tivesse tido o cuidado de produzir o seu novo RAQ nº 480/2011 tendo em conta o regime jurídico estruturante das mesmas associações públicas estabelecido por este diploma legal, no caso as referidas disposições do mencionado artigo 7º.

89

Sendo mais certo que idênticas disposições a estabelecer que os estatutos são aprovados por lei e que a matéria relativa à qualidade de membro é regulada pelos mesmos estatutos constam do corpo e da alínea b) do nº 1 do artigo 8º, respetivamente, da actual lei reguladora das associações públicas profissionais, a Lei nº 2/2013, de 10 de janeiro.

90

Sendo ainda que esta Lei nº 2/2013, de 10 de janeiro, como estabelecido no nº 1 do artigo 53º, se aplica às associações públicas já criadas.

Página 21 de 26



Conselho Directivo Nacional

91

O que é o caso da Ordem dos Engenheiros.

92

Com o objetivo de dar efeito útil à “novidade” da admissão pela Ordem dos Engenheiros dos titulares da licenciatura pós Bolonha (1º ciclo), em Engenharia, porém toda ela viciada de múltipla violação de lei, como antes demonstrado nos nºs 1 a 76, o artigo 16º do RAQ nº 480/2011 criou a figura dos *Graus de qualificação* aplicável aos membros efectivos, qualificando-os no acto de admissão à Ordem nos Graus de qualificação E1, E2 e E3, conforme possuam licenciatura [1º ciclo], mestrado ou doutoramento em engenharia (alíneas a), b) e c) do nº 1 do art.º 16º, respetivamente).

93

Este regime regulamentar de criação e atribuição de graus de qualificação profissional consagra a instituição de uma nova grelha de níveis de qualificação que acresce aos níveis de qualificação de *Membro*, *Membro sénior* e *Membro conselheiro* já consagrados no nº 1 do artigo 8º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros.

94

Sendo ainda que o critério da diferenciação da habilitação académica igualmente é uma novidade que acresce aos critérios do curriculum profissional e do curriculum profissional e cultural, estabelecidos nos nºs 2 e 3 do mesmo artigo 8º, respetivamente.

95

Sendo certo que esta matéria, em especial face à sua natureza e alcance de definir a estruturação da profissão de engenheiro, de forma alguma se insere na atribuição estatutária da Ordem dos Engenheiros de regulamentar o exercício da mesma profissão.

96

Antes constituindo claramente matéria da reserva do Estatuto da Ordem dos Engenheiros.

97

Assim, atentos que sejam quer o artigo 8º deste mesmo Estatuto e a categoria do diploma legal que o aprovou (decreto – lei) quer o disposto nos anteriormente citados artigo 7º, nºs 1 e 2, alínea b), da Lei nº 6/2008, de 13 de fevereiro e artigo 8º, nº 1, corpo e alínea b), da Lei nº 2/2013, de 10 de janeiro, é de concluir que tal matéria só poderia ter sido regulada por lei.

Página 22 de 26



Conselho Directivo Nacional

98

E nunca através das deliberações da Assembleia de Representantes, de 2 e 9 de julho de 2011, invocadas na parte final do preâmbulo da RAQ nº 480/2011, ou de qualquer outro órgão da Ordem dos Engenheiros.

99

Em consequência do exposto, para além da ilegalidade do artigo 16º do mesmo RAQ por violação do disposto no artigo 8º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros e no artigo 8º, nº 1, corpo e alínea b), da Lei nº 2/2013, de 10 de janeiro, mais se verifica a ilegalidade de todas as normas do mesmo Regulamento relacionadas com aquele artigo 16º ou que dele decorrem, ou seja, os artigos 1º, 9º, nº 9, 17º, 19º, 20º, nºs 1 e 3, 23º, nº 1 e 40º.

100

Por outro lado, este regime da qualificação profissional dos engenheiros para a prática da engenharia baseada nos Graus de qualificação E1, E2 e E3 e nos correspondentes graus académicos, instituído pelo artigo 16º do citado RAQ, também é desconforme e viola o estatuído nos milhares de diplomas legais e regulamentares que prevêm a prática de atos de engenharia pelos engenheiros, nos quais, para efeitos de habilitação para essa prática, é estabelecido apenas a posse do requisito da qualidade de engenheiro e respetivos níveis de qualificação estabelecidos pelo artigo 8º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, por vezes acrescida da exigência de formação específica ou de experiência profissional.

101

Não existindo qualquer normativo desse vastíssimo acervo legislativo que afira a habilitação profissional dos engenheiros em função da sua habilitação académica em engenharia e de quaisquer graus de qualificação associados esta habilitação, sejam eles os Graus E1, E2 e E3, ora em causa, ou quaisquer outros.

102

Pela evidente impossibilidade prática de se elencar as disposições pertinentes de toda essa legislação, referem-se, a título de exemplo, as seguintes:

- a. Da Lei nº 31/2009, de 3 de julho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis, os artigos 3º, alínea p), 4º, nºs 1, 3, e 4, 6º, nº 1, 8º, nºs 2, 3 e 4 (corpo), 10º, nºs 1, 2, 3, alínea a), 4, 5 e 6, 13º e 15º, nº 1, de cujo conteúdo se obtém

Página 23 de 26



Conselho Directivo Nacional

que a qualificação dos “Técnicos” que são engenheiros, engenheiros técnicos e arquitetos, é aferida, em todas as situações, pelo preenchimento do requisito de inscrição válida na respetiva ordem profissional, ao que podem acrescer requisitos de formação e de experiência profissional, mas nunca, pelo critério da habilitação académica de base que permitiu a inscrição dos mesmos técnicos na sua ordem profissional;

- b. Da Portaria nº 1379/2009, de 30 de outubro, que, como consta do respetivo artigo 1º, regulamenta as qualificações específicas profissionais (e não qualificações habilitacionais, note-se) exigíveis aos técnicos a que se refere a Lei nº 31/2009, de 3 de julho, os artigos 4º, 7º, nº 1, 8º, 9º, nº 1, 10º, 11º, 13º, nºs 1 alíneas a) e b), 3 e 4, 14º, nºs 1 e 4, 17º, nºs 1, alíneas a) e b), 2 e 4, 18º, nºs 1, alíneas a), b), c), g) e 4 e 18º, nºs 1 e 4, disposições estas que, quanto aos engenheiros, estabelecem a diferenciação da sua qualificação, e como não podia deixar de ser, em obediência estrita com o que está estabelecido na mesma Lei nº 31/2009 e no Estatuto da Ordem dos Engenheiros, i.e., tendo em conta, e nada mais, os níveis de qualificação de Membro, *Membro sénior* e *Membro conselheiro* estabelecidos no artigo 8º, com a especificação de o técnico dever ser *engenheiro especialista*, nos casos em que é exigida especificamente que o engenheiro esteja inscrito numa das especialidades previstas no artigo 16º do Estatuto.

103

Do exposto, resulta que o artigo 16º do RAQ 480/2011 viola as mencionadas disposições da Lei nº 31/2009, de 3 de julho e da Portaria nº 1379/2009, de 30 de outubro, bem como a miríade das demais disposições legais que, regulando as mais diversas áreas, prevêm a intervenção profissional dos engenheiros.

104

No que respeita em particular aos titulares do Grau de qualificação E1, acresce que, dado que estes são possuidores da licenciatura pós Bolonha (1º ciclo), a qual só lhes permite o acesso à profissão de engenheiro técnico, como anteriormente demonstrado na presente peça, e também porque nas referidas Lei nº 31/2009, de 3 de julho e Portaria nº 1379/2009, de 30 de outubro, estão previstas exclusivamente as figuras de engenheiro, engenheiro especialista, engenheiro sénior e engenheiro estagiário, o que significa que para os legisladores destes diplomas legais a figura do Grau de qualificação E1 não existe em absoluto, extrai-se a necessária conclusão de que os associados da Ordem dos Engenheiros que por esta são graduados com o Grau E1 não se encontram habilitados por estes dois diplomas legais a praticar os atos de engenharia que por eles são atribuídos aos engenheiros, engenheiros especialistas engenheiros seniores e engenheiros estagiários.

Página 24 de 26



Conselho Directivo Nacional

105

Ciente da ocorrência destas ilegalidades e da necessidade de as regularizar, a Ordem dos Engenheiros mais uma vez aproveitou a proposta da alteração do seu Estatuto (Doc. 11) anteriormente referida no nº 70, tendo para o efeito procedido à alteração do respetivo artigo 3º, fazendo acrescentar um novo nº 2 a estabelecer, entre outras matérias, que a Ordem, no exercício do seu poder regulamentar define "... os graus de qualificação profissional..."

106

Quanto à motivação desta medida, também ela consta do Comunicado antes referido no nº 72 (Doc. 13), sendo aí dito que a introdução do nº 2 do artigo 2º tem por finalidade, nomeadamente, definir as condições de atribuição de graus de qualificação profissional.

107

Mais uma vez se verifica que a Ordem dos Engenheiros, contra o que era legalmente devido, primeiro introduziu matéria nova no RAQ nº 480/2011, quando a mesma é do âmbito do Estatuto.

108

Só agora e tardiamente se preocupando em alterar o Estatuto a reboque do RAQ.

109

Daí advindo a ilegalidade flagrante de tais normas do RAQ.

110

Em resumo, são ilegais as seguintes disposições do RAQ nº 480/2011 da Ordem dos Engenheiros:

- a. Por um lado, os artigos 5º, nº 1, alínea a), 16º, nºs 1, alínea a) e 3 e 4, 17º, nº 2 e 19º, por violação do disposto nos artigos 1º, nº1, 7º, 8º, nº1 e 9º, nº 1 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos e nos artigos 1º, nº 1, 4º, 7º, nº 1, 10º e 12º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, e
- b. Por outro lado, os artigos 1º, 9º, nº 9, 16º, 17º, 19º, 20º, nºs 1 e 3, 23º, nº 1 e 40º, por violação do disposto no artigo 8º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, no artigo 8º, nº 1, corpo e alínea b) da Lei nº 2/2013, de 10 de janeiro, nos artigos 3º, alínea p), 4º, nºs 1,3 e 4, 6º, nº 1, 8º, nºs 2, 3 e 4 (corpo), 10º, nºs 1, 2, 3, alínea a), 4, 5 e 6, 13º e 15º, nº 1 da Lei nº 31/2009, de 3 de julho e nos artigos 4º, 7º, nº1, 8º, 9º, nº 1, 10º, 11º, 13º, nºs 1, alíneas a) e b), 3 e 4, 14º, nºs 1 e 4, 17º, nºs 1,



Conselho Directivo Nacional

alíneas a) e b), 2 e 4, 18º, nºs 1, alíneas a), b), c), g) e 4 e 18º, nºs 1 e 4 da Portaria nº 1379/2009, de 30 de outubro.

111

Nos termos do nº 3 do artigo 73º do Código do Processo nos Tribunais Administrativos, só o Ministério Público pode pedir a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral dos apontados normativos do Regulamento nº 480/2011 (RAQ) da Ordem dos Engenheiros, podendo a ora Requerente Ordem dos Engenheiros Técnicos usar da faculdade de se constituir como assistente, com pedido de indemnização pela lesão dos seus direitos e interesses, para o que, desde já, manifesta o seu interesse.

Assim se requer a V. Exª.

Augusto Ferreira Guedes
Bastonário

Presidente do Conselho Directivo Nacional

Em anexo: Índice e 13 documentos.



Conselho Directivo Nacional

Índice

I – ILEGALIDADE DA INSCRIÇÃO PELA ORDEM DOS ENGENHEIROS DOS LICENCIADOS (1º CICLO), EM ENGENHARIA.	pág. 1
A – Representação profissional da Ordem dos Engenheiros.....	pág. 1
B – Representação profissional da ex – ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (antecessora da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos).	pág. 2
C – Quadro legal do ensino superior universitário e politécnico vigente na data da publicação do Estatuto da Ordem dos Engenheiros e do Estatuto da ex –ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos.....	pág. 3
D – Algumas conclusões do exposto nos anteriores pontos A, B e C.	pág. 5
E – Não alteração do âmbito da representatividade da Ordem dos Engenheiros e da ex – ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos face à adoção do Processo de Bolonha e postura discordante da Ordem dos Engenheiros sobre o novo grau de licenciado (1º ciclo), em Engenharia.....	pág. 5
F – Criação da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos e o seu direito de inscrever, em regime de exclusividade legal, os titulares de grau de licenciado (1º ciclo), em Engenharia, e habilitação do mesmo grau para aceder, apenas, à profissão de Engenheiro Técnico.....	pág. 10
G – Contestação da Ordem dos Engenheiros à criação da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos e rejeição da atribuição do título de engenheiro pela mesma Ordem aos licenciados (1º ciclo), em Engenharia.....	pág. 12
H – Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ) nº 480/2011, da Ordem dos Engenheiros.....	pág. 15
II – ILEGALIDADE DA CLASSIFICAÇÃO DOS ENGENHEIROS NOS GRAUS E1, E2, E3.	pág. 19



DECISÃO DO CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL
CONSELHO DA PROFISSÃO
ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES
ASSEMBLEIA-GERAL
2º CONGRESSO DA ANET

Considerando que:

1. O grau académico de Licenciado em Engenharia, nos termos da alteração à Lei de Bases que suporta a Declaração de Bolonha para a Lei Portuguesa, corresponde ao 1.º Ciclo do ensino superior, em Engenharia
2. O grau académico de Bacharel em Engenharia correspondia ao 1.º Ciclo do ensino superior, na área da Engenharia antes dessa alteração legislativa;
3. Em termos académicos e profissionais, os cursos de Licenciatura em Engenharia agora ministrados pelas Escolas correspondem, no essencial, ao mesmo tipo de formação que era ministrado nos anteriores cursos de Bacharelato em Engenharia;
4. Estes cursos são equivalentes, possuindo 180 ECTS – Engenheiros de Produção e Concepção - que é o mínimo que a ANET exige;
5. A Ordem dos Engenheiros exige 300 ECTS – Engenheiros de Investigação - , como condição mínima de acesso a essa associação profissional;
6. Existem neste momento centenas de diplomados com a Licenciatura em Engenharia, do regime pós-Bolonha, a solicitar a inscrição na ANET, sendo alguns deles nossos membros estudantes, pois obtiveram essa condição enquanto finalistas de um curso de bacharelato em engenharia;
7. Ascendem a mais de cem os cursos de Engenharia adequados ao processo de Bolonha, submetidos à ANET solicitando a respectiva acreditação profissional;
8. Os pareceres enviados à ANET por várias entidades e personalidades confirmam a equivalência entre estes cursos.
9. Não é justo retardar ou mesmo impedir o acesso à vida activa, com a plena inserção no mundo do trabalho, dos recém-diplomados.

O Conselho Directivo Nacional da ANET delibera que:

- A. A partir de 1 de Dezembro será aceite a inscrição para estágio profissional a todos os diplomados com o grau académico de Licenciado, nos termos do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março, oriundos de um par escola/corso analisado e proposto para reconhecimento pelo Conselho da Profissão da ANET, bem como todos os diplomados que façam a acreditação individual, nos termos da decisão do CDN de 07/07/2007.

Com esta decisão estão salvaguardadas as questões da legalidade na prática dos actos de engenharia, tornando-se necessária uma nova decisão, no prazo de 6 meses, aquando da conclusão do estágio e a sua homologação com a atribuição da qualidade de membro efectivo. Ao fim desse tempo a ANET passará a aceitar todos os diplomados com o 1.º Ciclo dos cursos de Engenharia que tenham obtido a sua formação numa escola/corso autorizado pelo MCTES, no âmbito do Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro.

Póvoa de Varzim, 29 de Novembro de 2007.

Doc 2

Exmo. Senhor
Ministro da Ciência, Tecnologia e do
Ensino Superior
Palácio das Laranjeiras, Est. das
Laranjeiras, 205

1649-018 LISBOA

N/Ref.^a -

Lisboa, 23 Jul 2004

Assunto – Registo de todos os cursos de 1.º ciclo pós-Bolonha

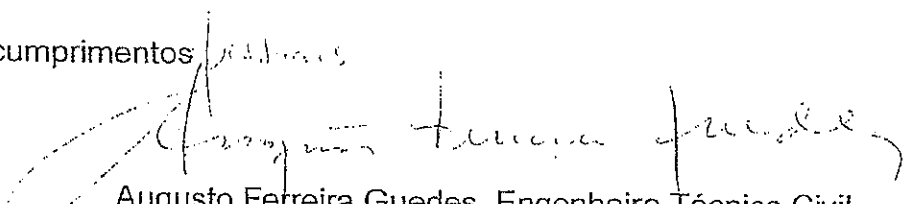
Excelência,

A ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, por decisão de 15 de Dezembro, na sequência das preocupações manifestadas por V. Exa., deliberou acolher, também, os diplomados do 1.º ciclo dos cursos de Engenharia, decisão que na nossa opinião vêm desbloquear situações diversas que têm sido entraves ao fortalecimento da Engenharia Portuguesa.

Assim, esperamos com a nossa decisão, contribuir para o progresso necessário e urgente do país.

A ANET, assume a plena da regulação do exercício de Engenharia pelos Engenheiros Técnicos, respeitando as competências próprias cometidas ao MCTES e em particular à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Com os melhores cumprimentos


Augusto Ferreira Guedes, Engenheiro Técnico Civil
Presidente

Anexos: Os documentos referidos



Conselho Directivo Nacional

24.NL.2008* 2385

Exmo. Senhor
Ministro da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior
Prof. Doutor José Mariano Gago
Palácio das Laranjeiras, Est. das Laranjeiras, 205
1649-018 LISBOA

**Assunto: Registo de todos os cursos de 1.º ciclo pós-Bolonha – Universitário e Politécnico
(público e privado)**

Excelência,

A ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, na sequência de anteriores comunicações, junto envia a deliberação tomada na reunião do Conselho Directivo Nacional de 5 de Julho, a qual, pela sua importância e implicações, decerto será merecedora da melhor atenção por parte de V. Exa.

A questão que se colocava era saber se o 1º ciclo habilitava, ou não, para o exercício pleno da profissão.

Com esta deliberação, a ANET assume a responsabilidade de garantir que os detentores do 1º ciclo em engenharia, têm capacidade para praticar os actos da respectiva especialidade.

Consequentemente, porque reconhece a estes diplomados capacidade para o exercício da profissão, aceita a inscrição, para a realização de estágio profissional para engenheiro técnico de todos os licenciados pós-Bolonha com base no registo de cursos efectuado, tendo sempre presente o teor e as recomendações constantes dos pareceres solicitados a várias entidades, conjugados com a análise efectuada pelos colégios de especialidade da ANET.

A partir desta data, a ANET assumindo todas as consequências que esta decisão acarreta, mas consciente da importância que a mesma encerra para o superior interesse de Portugal, passa a admitir os licenciados pós-Bolonha, sejam eles oriundos dos cursos de engenharia ou de ciências da engenharia, nos termos de regulamento próprio, criado para esse efeito.

Fazemo-lo na convicção da real e efectiva aquisição dos conhecimentos, competências e capacidades que o novo modelo proporciona. Se assim não for, o processo de Bolonha fica séria e definitivamente prejudicado, com todas as consequências negativas para o desenvolvimento e modernização do País e da Engenharia.

Aproveitamos a oportunidade para manifestar a nossa disponibilidade para sermos recebidos em audiência por V. Exa., com o objectivo de apresentar os nossos pontos de vista acerca desta matéria.

Com os melhores cumprimentos.

Augusto Ferreira Guedes, Engenheiro Técnico Civil
Presidente

Anexo: Documento referido

Praça Dom João da Câmara, 101 1200-147 LISBOA
Tele: 213 256 527/838 Fax: 213 256 334
edre@anet.pt

'OS NÍVEIS DE EXIGÊNCIA BAIXOS PREJUDICAM A ENGENHARIA'

20 de Maio de 2010 às 05:55:21 por Pedro Cristino



A protecção das pessoas e dos bens é, segundo o Bastonário, uma das condições fundamentais da engenharia. O Construir entrevistou o líder da Ordem dos Engenheiros (OE) a fim de saber qual o rumo que a instituição deverá seguir durante a sua legislatura.

Quais os desafios que enfrenta agora, como Bastonário da Ordem dos Engenheiros?

São tantos e tão diversos e, efectivamente, a complexidade aumenta à medida que eu me vou embrenhando nos problemas que são criados. A complexidade está associada à forma como está estruturado o próprio ensino superior e a algum corpo normativo que não se ajusta, no nosso entender, àquilo que são as exigências de uma engenharia de maior qualidade. Esta exigência surge, fundamentalmente, no sentido de estimular nos jovens uma formação crescente.

Para além dessa questão, o que se tem revelado mais complexo?

Um grande desafio consiste numa regularização interna, de forma a garantir uma melhor resposta aos membros da Ordem. É um grande objectivo e teremos que o vencer para aproximar mais os membros efectivos e os estagiários da sua instituição de base. Outro grande desafio é garantir que os jovens se sintam atraídos pela Ordem. Não só para a profissão, mas sim no sentido de perceberem que as áreas tecnológicas não são um "papão" para eles. Na minha perspectiva, se forem criadas condições de os educar, no âmbito de uma metodologia de raciocínio que tem ciências básicas associadas a tecnologia, de certeza que haverá muito mais jovens a enveredarem por esta área do conhecimento que é fundamental para o país.

Não se refere só a jovens que frequentam o ensino superior...

Não. Procuro atrair aqueles que obtiveram o seu grau académico e os que estão numa fase de indecisão, do ponto de vista profissional.



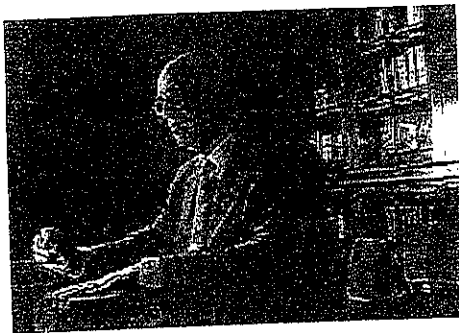
Em Portugal há bastantes engenheiros, portanto, é de depreender que, seja o que for que a Ordem está a fazer neste sentido, está a fazê-lo bem...

Sim. Um dos indicadores de empenho e de atracção das profissões consiste na sua empregabilidade e não há dúvida que, neste momento, a engenharia é uma área que, de certo modo, está a garantir emprego a recém-formados, desde que oriundos das escolas de referência. Recordo-me, por exemplo, que 96% dos alunos do Técnico têm emprego. E são os próprios empregadores a procurarem indivíduos oriundos dessas faculdades.

A sua experiência enquanto presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil é importante para desempenhar o cargo de Bastonário?

É evidente que sim. Essa experiência permitiu-me obter um conhecimento relativamente abrangente das várias especialidades de engenharia, conhecer os profissionais, perceber a importância do rigor e da excelência no desempenho de uma profissão, para garantir que essa profissão tenha o prestígio que tem.

Qual o peso da engenharia no contexto social?



Já teve mais peso e é isso que me preocupa.

Porque é que já teve mais peso?

Pela simples razão de que era mais valorizada socialmente a profissão de engenheiro. Neste momento, com a forma como se está a proceder, pode ser conduzida à desvalorização.

Como pode a OE ser um elo de ligação ao tecido produtivo?

A Ordem tem um escopo que é transferido por uma função do Estado, que é a função de regulação da profissão. Isto refere-se à regulação da admissão, do exercício, que se relaciona com a avaliação das competências e também com a garantia de cumprimento de aspectos de natureza ética e deontológica. Portanto, a OE está na sociedade numa função de Estado que consiste em garantir ao cidadão que os seus profissionais

desempenham a sua actividade dentro dos parâmetros exigíveis, tanto no ponto de vista profissional, mas também na lógica da ética e da deontologia. Se os países desenvolvidos não tivessem engenharia, não se tinham desenvolvido. A grande revolução industrial está associada à engenharia. As cidades do Ocidente desenvolveram-se mais porque tiveram tecnologia. O que distingue os países ricos dos pobres é a sua capacidade de desenvolvimento de tecnologias que permitam, por sua vez, alcançar o desenvolvimento económico. É evidente que com isto, desenvolve-se a sociedade e a cultura. Um dos aspectos fundamentais da engenharia consiste em garantir qualidade de vida.

Qual é a influência que a OE poderá exercer neste debate em torno dos grandes projectos de obras públicas?

O País precisa de ter uma reflexão profunda em todos os investimentos públicos e essa reflexão passa por uma valorização daquilo que é a actividade de base que sustenta a decisão que é política. A engenharia deverá estar por trás de todas as decisões, esgotando todas as hipóteses e os cenários que, dos pontos de vista tecnológico, económico e ambiental, se revelem como mais ajustados àquilo que será a decisão política para os grandes investimentos. Para além disso, neste momento há um factor importante que é o da empregabilidade. Deve ser tido em conta que o investimento que está a ser aplicado cria emprego não só a curto prazo, como a médio prazo. É um factor determinante e penso que a engenharia está particularmente apetrechada para dar resposta a estes aspectos e, portanto, sustentar a decisão política, de forma a que esta não dependa de ciclos eleitorais.

Em que medida é que o termo "licenciado" é "desajustado"?



Antes de Bolonha sabíamos o que significava este termo. Era um grau académico que, no caso da engenharia, estava associado a cinco anos de frequência, com aproveitamento, na universidade e, tínhamos noção de que havia ali um profissional, com aquelas competências que lhes eram dadas por aquele currículo. Com Bolonha, esse aspecto alterou-se radicalmente. Mas não é o tratado que é responsável por esta situação, mas sim a aplicação do mesmo, em Portugal. Ao manter o termo "licenciado", com valores intrínsecos diferentes, causa confusão em todo o sistema. Os estudantes podem ser levados a não ir para os cursos com maior exigência académica, pode confundir as famílias e os empregadores. A legislação não distingue um licenciado de três anos, de um licenciado de cinco anos.

Segundo o actual contexto de Bolonha, o licenciado é equivalente a um bacharel?

É um bacharel. Não consigo perceber porque é que o País não adoptou essa designação. Dá a sensação de que tiveram receio que o termo "bacharelato" fosse depreciativo. Não é. No meu entender, é um termo altamente prestigiante, nomeadamente se for acoplado a uma formação de base profissionalizante para os tais

três anos. Agora, há licenciados que saem de uma licenciatura que não é profissionalizante, isto é, têm uma formação de base por vezes muito rica, mas depois a formação da profissão está empobrecida, e isso é um risco. Porque a engenharia é a protecção de pessoas e de bens. Há determinados actos de engenharia que lidam com a segurança das pessoas e dos seus bens. Todos percebem que uma formação de três anos não é igual a uma formação de cinco.

Mas hoje já não existem, em engenharia, licenciaturas com cinco anos...

Há licenciados com três anos. Com cinco anos há a figura de mestrado ou de mestrado integrado. Antigamente, as escolas atribuíam a esses cinco anos a licenciatura, portanto o valor intrínseco é agora completamente diferente.

Como se pode solucionar esta situação?

Retirando o termo licenciado. Permanecia o termo correcto que é o bacharel.

Que competências tem um licenciado actual?

Tem muitas competências. E aí reside a importância de definir os actos de engenharia, para depois definir quem é quem em todo o processo. Por exemplo, é evidente que um licenciado de três anos não pode executar um projecto de uma ponte, como não pode acompanhar determinado tipo de projectos pela sua complexidade. Mas há muita engenharia em que o nível de exigência é compatível com os tais três anos, desde que os mesmos sejam profissionalizantes. Isto é, não sejam tão exigentes em termos de ciências básicas, mas que comecem logo do princípio, do exercício no ensino superior, a proporcionar uma formação que garanta o exercício da profissão com aquela qualidade necessária para os tais actos de engenharia.

E que actos são esses?

São muitos. Há muitos profissionais muito competentes dentro dos actos de engenharia que lhes estão associados, mas que lhes devem estar condicionados pelos princípios da formação académica, formação contínua e da experiência profissional. São estas as três variáveis que devem presidir à classificação das pessoas para desempenharem aqueles actos.

Havia afirmado que iria comparar o que se faz nos outros países da União Europeia (UE) para incorporar o Tratado de Bolonha no ensino. Em que consiste essa acção?

Criar benchmarking, no sentido de verificar o que se está a fazer na UE no pós-Bolonha. Perceber o que estão a fazer e como se estão a adaptar a esta situação. Isto pressupõe uma análise cuidada e pertencemos a várias organizações onde isto é debatido. É nosso objectivo criar internamente um gabinete que se preocupe com isto e que produza documentos, a curto prazo, e promova uma reflexão interna, na própria Ordem, no âmbito da criação de sistemas de avaliação de profissionais em função das suas competências para o exercício dos tais actos de engenharia. O gabinete analisará e estabelecerá umas matrizes comparativas para perceber o que se faz lá fora e transpor para cá o que é bom.

Como pode ser assegurada a valorização do exercício da engenharia?